



“O Brasil e a experiência da história brasileira”: uma entrevista com o Prof. Dr. Jerry Dávila.

Entrevista realizada por Jailson Pereira da Silva¹



Informações Gerais

Jerry Dávila é titular da cadeira Jorge Paulo Lemann em História do Brasil na Universidade de Illinois. Atualmente, ele atua como diretor executivo do Illinois Global Institute, criado em 2019 para promover o trabalho da UIUC com centros de estudos internacionais e temas globais. Suas pesquisas centram-se na influência do pensamento racial nas políticas públicas no Brasil, bem como nos movimentos estaduais e sociais do século XX.

Local: International Studies Building, Universidade de Illinois, em Urbana-Champaign (UIUC)

Data: 24 de maio de 2019

Entrevistado: Professor Jerry Dávila (Universidade de Illinois, UIUC)

Entrevistador: Professor Jailson Pereira da Silva (Universidade Federal do Ceará- UFC)

¹ Possui graduação em história pela Universidade Federal de Pernambuco (1997), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2002) e doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2009). Atualmente é professor efetivo da Universidade Federal do Ceará, onde foi tutor do PET-História (2013-2015) e coordenador do curso de História (2015-2017). Pesquisa, principalmente, os seguintes temas: fontes históricas, história, história do Brasil república, cinema-história e história e cidade. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1313713301411205>. Endereço eletrônico: jailsonsilva@ufc.br.



PARTE1:

Jailson Pereira da Silva: *Bom dia, hoje é quinta-feira, 24 de maio, nós estamos aqui na Universidade de Illinois, em Urbana-Champaign, eu estou aqui na presença do professor Jerry Dávila, que gentilmente concordou em falar conosco, conceder uma entrevista para a revista “Em Perspectiva”, da Universidade Federal do Ceará. Eu sou Jailson Pereira da Silva, departamento de História da Universidade. Professor Jerry, antes de tudo, eu agradeço ao Senhor por ter nos recebido aqui, durante a nossa estada junto à Universidade, ter aberto as portas da Universidade de Illinois, e à gentileza complementar de ter aceitado conversar conosco e ainda dar essa entrevista em português. Antes de tudo, gostaria que o senhor se apresentasse, que falasse um pouco de sua carreira, suas relações acadêmicas mais marcantes. O senhor sinta-se à vontade pra se apresentar, se introduzir.*

Jerry Dávila: Bom, primeiro muito obrigado pela oportunidade para conversar e também por sua presença aqui que, esses diálogos que a gente vai levando à frente tem sido bastante interessantes e muito ricos. E espero que seja o começo de uma longa interlocução.

Jailson Pereira da Silva: *Obrigado.*

Jerry Dávila: Bom, você perguntou sobre o contexto do trabalho que eu faço. Eu trabalho com temas de História do Brasil, especialmente questões ligadas ao pensamento racial e como esse pensamento racial se projeta em áreas de políticas públicas, e cada vez mais em percepções e reações populares a essas políticas. E esse é um tema que me anima porque é um tema que é muito vivo para o Brasil, mas não apenas para o Brasil. Aqui nos Estados Unidos nós enfrentamos o mesmo conjunto de desafios. Porque são histórias, não diria que são histórias que dão para se comparar, mas são histórias que acontecem simultaneamente, fazem parte de uma mesma experiência, dentro da diáspora africana, que se expressam de formas diferentes, em cada quadro nacional, mas também dentro dos países, que são países muito complexos, muito grandes, tem variação cultural, variação regional, de classe... que, de gênero, que criam em contextos específicos, e até únicos dentro dessa gama de relações sociais. Mas eu acho que há uma, um retorno em tomarmos essas experiências juntas, que é a capacidade de aprender da experiência do outro, nesse contexto.

No percurso da minha carreira, tenho a oportunidade aqui de ensinar História do Brasil, tenho tido algumas experiências no Brasil de ensinar História dos Estados Unidos, história brasileira,



História das Américas, no contexto da diáspora africana. E são pra mim sempre experiências superinteressantes porque quando um aluno está fazendo um curso sobre o Brasil aqui nos Estados Unidos, as perguntas que traz para esse curso são perguntas sobre sua sociedade. E o estudo da sociedade e da cultura brasileira é um espaço onde é possível processar ou dialogar sobre coisas que talvez seriam difíceis para dar voz em outros contextos. Citarei um exemplo: eu ensinei por dez anos numa Universidade Pública no sul, no estado de Carolina do Norte. E nessa Universidade, o curso que eu dava sobre História do Brasil tinha uma grande proporção de alunos brancos e uma grande proporção de alunos negros. Para os quais era possível esses alunos dialogarem sobre as relações num outro país, se entendendo de uma forma que seria difícil, fosse o contexto a História da Carolina do Norte ou a História dos Estados Unidos. Essas experiências eu acho que... a capacidade de abrir esses espaços para debate e possibilidade de novas perspectivas é o que anima a possibilidade do Ensino de História do Brasil aqui nos Estados Unidos.

Jailson Pereira da Silva: *Quer dizer, olhar pro outro também nos interessa na medida em que nos ajuda a nos entendermos.*

Jerry Dávila: Exatamente. O Brasil e a experiência da história brasileira são relevantes para a história e a experiência americana.

Jailson Pereira da Silva: *O senhor falou agora pouco que existem algumas políticas públicas, com suas variações regionais, com suas variações culturais... e que compará-las seria complicado. Ainda assim, é possível citar ou exemplificar uma política pública aqui nos Estados Unidos? Por exemplo, no caso do Brasil, o senhor conhece, nós temos um debate que está, inclusive, posto na atualidade que é em torno das questões das cotas raciais. Temos algo parecido aqui? Não exatamente cotas, mas uma política pública que ...?*

Jerry Dávila: Tem. E aí eu diria que a área de pesquisa onde estou envolvido atualmente é sobre casos que pessoas levam à Justiça, contra atos de preconceito e discriminação no Brasil, a partir da lei de 1951, em que proíbe a discriminação em lugares públicos. E quando esses casos vão para a Justiça, muitas vezes o caso fracassa porque o juiz, ou o promotor determina que o preconceito racial é algo que existe nos Estados Unidos, não existe no Brasil. Ou seja, essa comparação, em qualquer caso na justiça, o momento no Brasil em que alguém fala nos Estados Unidos é o momento em que você sabe que esse caso não vai ter sucesso.



Então, esses Estados Unidos, nesse contexto desse momento de um caso no Brasil é, na verdade, um Estados Unidos que não existe, é um imaginário, uma mitologia: Os Estados Unidos como um símbolo de uma espécie de racismo, que seria fundamentado em separação por lei, superioridade branca e a violência que protege esse sistema. Com certeza isso existiu e predominou em regiões dos Estados Unidos por décadas. Não vem de sempre. É principalmente um produto da reorganização do poder Branco no Sul dos Estados Unidos, depois da Guerra Civil. Mas é uma experiência de Racismo que serve como símbolo do que seria o racismo. Mas é uma forma de racismo que não tem muita sutileza. Em outras regiões do país, dos Estados Unidos, existem e tem existido práticas de discriminação que foram mais sutis, embora muito mais extensas e impactos maciço sobre as pessoas e sobre as comunidades, através de décadas. Segregação informal de moradia, segregação informal de escola. Atitudes, culturas, que menosprezam pessoas serem de origem africana, origem asiática, origem latinoamericana, que permanecem nos Estados Unidos. Mas se seu índice do que é o racismo é aquela mitologia do Sul, da década de 40, então você perde a capacidade de perceber essas outras áreas onde se processam essas experiências. O mesmo problema existe aqui, no Estado de Illinois, que fica no Norte, é o Estado de Lincoln, o presidente que desmontou o sistema de escravidão dentro da Guerra Civil...

Jailson Pereira da Silva: *Eu vi alguma coisa sobre, nas placas dos carros “the state of Lincoln”...*

Jerry Dávila: Land of Lincoln.

Jailson Pereira da Silva: *Land of Lincoln, Yeah.*

Jerry Dávila: Aqui é também bem fácil achar que o racismo era aquela coisa do Mississippi, do Klã, embora a cidade de Chicago é uma das cidades mais segregadas racialmente nos Estados Unidos, embora você veja bandeiras Confederadas, com suas conotações de supremacismo branco, nas regiões rurais do Estado. Ou seja, essas atitudes...

Jailson Pereira da Silva: *Aqui em Illinois?*

Jailson Pereira da Silva: Aqui em Illinois. Ou seja, atitudes e práticas preconceituosas e discriminatórias não conhecem fronteiras estatais ou divisões regionais. Mas variam dentro de seu contexto. Agora, se sua definição do racismo é aquele da coisa da segregação legalizada,



então você perde a capacidade crítica de visualizar as outras formas de preconceito e discriminação e de definir medidas para lutar contra elas ou para diminuir seu impacto.

Aqui nos Estados Unidos, os projetos de ação afirmativa foram resultado dos movimentos sociais reivindicando direitos, o chamado momento dos direitos civis, que não é um movimento da década de 60, é um movimento que vem desde a origem da República, mas que tem o momento de sucesso, de conscientização, de politização e de resultados, de mudança legal e jurídica nos Estados Unidos, na década de 60, início da década de 70. E dentro desse contexto, são criadas as políticas de ação afirmativa para alunos de descendência africana, alunos de descendência latinoamericana e para mulheres, que também precisamos lembrar eram marginalizadas, especialmente no ensino superior, nos Estados Unidos, até a década de 70.

Jailson Pereira da Silva: *Essas três cotas, então, elas... não são cotas, mas são políticas afirmativas...*

Jerry Dávila: Desculpe, também para descendentes indígenas.

Jailson Pereira da Silva: *... indígenas. Quer dizer, então nós temos aí um ... esse espectro que foi atingido, mulheres, descendentes indígenas, afrodescendentes e latinos, há aí um corte, da condição social, clara? Porque nós também podemos ter brancos pobres nos Estados Unidos, e temos. No Brasil, recentemente, isso foi também reestabelecido para um corte social e não apenas para um corte racial. Nós não temos esse corte de gênero, por exemplo. Nós não temos, tratando especificamente da questão da inserção numa Universidade, como exemplo, nós não temos um corte de gênero. Nós temos uma discussão muito grande do papel da mulher na sociedade brasileira. Inclusive, na atualidade, nós estamos tendo novamente o retorno de problemas que, ao menos do ponto de vista da montagem de um aparelho de Estado, pareciam estar sendo superadas. Na medida em que você tinha ministérios pra isso. Hoje eles estão, digamos assim, sendo engolidos por uma nova maquinaria pública que está sendo montada e atuante. Enfim, dá pra ver também uma dimensão social, nisso, não é? Como é que um branco, vamos pensar, já que entramos nesse tema mais específico, como é que um branco, por exemplo, pobre, que tem uma condição de luta cotidiana também, como é que ele viu isso. Tem algum registro? Isso não acabou empurrando ele pra um tanto mais de aversão ou, ao contrário, de identificação com essas pautas?*



Jerry Dávila: Essa é uma pergunta excelente. Existiu nos Estados Unidos, nessa mesma época, a criação de um projeto político, por parte do Partido Republicano, que foi muito bem sucedido, de criar uma separação de identidade entre a noção de grupos minoritários favorecidos por ações do Estado e grupos brancos, também em situações socioeconomicamente precárias, que seriam prejudicados por essa mobilização. Essa foi uma estratégia eleitoral que criou, muito cuidadosamente, uma percepção de que quando alguém, que seria de uma origem minoritária, se essa pessoa ganha uma vaga na universidade, uma pessoa branca, que teria o mérito para essa vaga, está perdendo essa vaga. Agora essa... essa troca não existe. É também uma ficção. Mas uma ficção muito poderosa. O que importa nesse contexto é o investimento, ou a falta de investimento na educação pública, na expansão de oportunidades de uma forma que alcance a todos. Ou seja, o papel da ação afirmativa não é de tirar benefícios de um grupo e dar para outro. É reconhecer e ultrapassar uma série de barreiras que, mesmo com condições iguais, excluem ou marginalizam pessoas por motivos tanto históricos, quanto contemporâneos. Agora se você junta uma política de ação afirmativa com uma política de cortes de investimentos na educação pública, o resultado vai ser uma ruptura entre pessoas que são defensores de políticas que os beneficiam e pessoas que são opositores de uma política que eles pensam que, eles acham, que existe só nas costas deles.

Jailson Pereira da Silva: *Em certo sentido, então, podemos dizer que o papel das políticas afirmativas, antes de ser solucionar os problemas, quer exatamente equacioná-los, não mais escondê-los...*

Jerry Dávila: Exatamente.

Jailson Pereira da Silva: *...não mais deixá-los à revelia. Há uma prática quase de não enfrentamento, porque a gente vai dizendo que eles não existem.*

Deixe-me voltar um pouco. Como é que surgiu esse interesse pela História do Brasil?

Jerry Dávila: Ah, isso... Eu sou originalmente de Porto Rico. E vim, quando comecei o colégio, para os Estados Unidos. Em Porto Rico, uma coisa que só comecei a perceber mais tarde, existia o equivalente da mitologia da democracia racial no Brasil. O imaginário dentro do qual eu fui criado era de que, no Brasil, desculpe, em Porto Rico não é como os Estados Unidos. Se você vai à praia, você vê brancos e negros juntos. Os Estados Unidos, é o lugar onde existe um racismo. E são coisas sinônimas. Mas aqui em Porto Rico, isso não acontece. Indo para uma



escola secundária pública no Estado de Virgínia, como um dos poucos alunos latinos daquela escola, comecei a enfrentar logo uma outra perspectiva sobre o funcionamento das instituições. Os organizadores da escola não achavam que um aluno portorriquenho pudesse ter o currículo que eu tinha (risos), por exemplo. E me colocaram só em cursos que não estavam encaminhados para a possibilidade de ingresso na Universidade. Eu tive sorte no meu colégio porque tinha também um projeto por um grupo de professores de um currículo alternativo. E era optativo. Então você podia entrar nessas matérias que eram multidisciplinares, sem a questão do nivelamento que era feito pela escola, que foi também onde eu peguei o gosto pela História. Mas quando comecei a pós-graduação em História, eu não tinha, pra ser sincero eu era muito ingênuo, e não sabia que existia campo de estudo sobre História da América Latina, que seria onde eu me identificaria intelectualmente, porque ainda estava muito vinculado a minha experiência em Porto Rico. Então entrei para fazer História dos Estados Unidos. Mas, chegando, eu vi a oportunidade, tinha uma matéria que estava sendo oferecida naquele semestre, sobre História do Brasil, que o professor era o Thomas Skidmore. E só por interesse peguei essa matéria. Coincidiu com o impeachment do Collor. E esse curso foi o que me empolgou. Ele era um professor fantástico e o interesse dele, que ele tinha, sobre temas brasileiros, o jeito dele de desenvolver, as perguntas que ele conseguia levantar eram coisas que me fascinavam. Eu durei na pós-graduação acho que um mês como historiador dos Estados Unidos, fui pra sala dele, perguntei sobre a opção de mudar de tema. E, indo ao Brasil esse primeiro ano pra começar a aprender português, a coisa que me chamou a atenção era que me lembrava muito Porto Rico e me lembrava muito dos Estados Unidos, ao mesmo tempo. Culturalmente, muito parecido com Porto Rico. Mas, na sua dinâmica de um país continental, muito complexo, com suas correntes de imigração, industrialização etc também muito em diálogo com a experiência dos Estados Unidos. Então comecei a fazer perguntas dentro do contexto de história brasileira e uma coisa que a História do Brasil tem é uma complexidade, uma densidade que você nunca vai chegar ao fim desse caminho.

Jailson Pereira da Silva: *E aí foi pra História do Brasil...?*

Jerry Dávila: Fui pra História do Brasil.

Jailson Pereira da Silva: *Há uma questão que tem ficado na minha cabeça, graças ao encontro com um pesquisador norte-americano, que está no Brasil, acabou firmando residência lá*



porque casou, que é o Ian Merkel. O Ian é um jovem, não é? E eu acabei o conhecendo. Ele foi dar uma palestra na Universidade Federal do Ceará, eu acabei conversando com ele rapidamente. E de certa forma, conversamos sobre o trabalho dele. Ele, inclusive é importante para que eu tenha vindo para Illinois porque foi ele que me colocou em contato com o James (Woodard)...

Jerry Dávila: Ah, sim!

Jailson Pereira da Silva S: *...E o James disse “vá falar com o Jerry”. E eu conversava com o Ian, como eu disse, Ian, acho que completou 30 anos agora. É muito jovem o Ian, muito talentoso. E ele... eu fiz a pergunta que sempre faço, e acabei de lhe fazer: como é que uma pessoa que está nos Estados Unidos de repente se interessa em estudar o Brasil? E aí, eu fiz essa pergunta, me lembrando muito que há uma tradição, que o senhor acabou de citar aqui, o Skidmore, Eisenberg (Peter), aí vem a sua geração, professor Jerry, vem a geração do Ian... e como é que o senhor sente isso? O que muda nessas gerações? E como é que o senhor sente, olhando pro futuro, na sua experiência como professor aqui em Illinois, o que é que os alunos pensam falam? Algum mostra interesse em estudar América Latina e o Brasil, especificamente?*

Jerry Dávila: Bom, em primeiro lugar eu diria que a área de pesquisa de qualquer historiador é sempre muito pessoal, de formas às vezes muito claras, às vezes menos óbvias, porque o trabalho que nós fazemos é um trabalho onde o esforço é muito demorado, com retornos que são muito esporádicos

Então esse tipo de percurso é só porque você se identifica de uma forma muito básica com que o que você está fazendo. Então, Aqui nos Estados Unidos, Nós que trabalhamos principalmente com História do Brasil, somos você pode imaginar uma pequena minoria...

Jailson Pereira da Silva: *Há uma disciplina de História do Brasil no Curso?*

Jerry Dávila: Temos.

Jailson Pereira da Silva: *Ou História da América Latina?*

Jerry Dávila: Os dois. Aqui eu ministro cursos sobre História da América Latina, cursos que são temáticos: Raça e cidade no contexto latino-americano, escravidão e liberdades, ditaduras e revoluções. Então são áreas que atravessam fronteiras e lidam com temas de História, mas também temos áreas específicas no contexto de história nacional. Então eu também ministro



um curso de História do Brasil desde 1808, que na verdade eu furo a chegada do Imperador e faço desse os inícios do contato, caso contrário não sei como fazer... construir o contexto interpretativo. Mas aqui nos Estados Unidos, eu diria, não tem como negar que nosso campo da História está em crise, está em crise no país inteiro. O número de alunos que está entrando em cursos de História tem caído por mais da metade, nos últimos 10 anos, ou seja, é uma queda brusca em muito pouco tempo. Isso cria uma série de crises para a disciplina e para professores universitários. Para um departamento como o meu, significa que temos menos apoio para alunos da pós-graduação, menos capacidade contratação de novos professores e uma dificuldade que o departamento enfrenta em lidar com questões muito duras que são a exigência, da impossibilidade de crescer; ou seja, mesmo que pensamos que seria muito interessante contratar alguém numa área, não temos esse recurso; ou seja; a capacidade de definir um trajeto para a nossa disciplina em nossa universidade, no momento, é uma coisa muito restrita. Dentro desse campo, uma coisa que é uma questão muito importante é: o que significa a entrada de um aluno de aluno na pós-graduação dentro desse cenário?, porque é um cenário onde o mercado de trabalho acadêmico vai ser muito difícil. Não tem nenhuma garantia que a pessoa vai conseguir um cargo empregado como professor de uma universidade nos Estados Unidos. Muito pelo contrário, é uma opção muito arriscada. Isso não significa que é uma má opção. Só que a pessoa tem que realmente ter um objeto para os estudos onde essa incerteza seja compensada. Porém, nossos alunos, ainda assim, estão tendo sucesso. Esse sucesso está no desenvolvimento do seu trabalho, em seu desenvolvimento profissional; e acho que se deve a uma coisa que parte do futuro de nosso campo aqui nos Estados Unidos depende de nossa capacidade, como historiadores, de reconhecer essa história de exclusão e trazer para dentro da História perspectivas que tenham sido historicamente mal representadas ou menos representadas, seja dentro do contexto da História dos Estados Unidos, quanto à atenção devida às áreas fora dos Estados Unidos, que não tem sido objetos de estudos prioritários dentro das universidades americanas.

Jailson Pereira da Silva: Quais seriam hoje, numa visada, numa olhada mais rápida, quais seriam esses temas que ainda... não só os temas clássicos, mas se há temas novos que o senhor consegue identificar, que têm sido enfrentados, que tem chamado a atenção dos alunos, tanto no que diz respeito aos estudos internacionais, quanto ao que diz respeito mesmo à História dos Estados Unidos. Há uma transformação nesse campo?



Jerry Dávila: Há. Eu apontaria para duas áreas. Uma delas é o desenvolvimento da área de estudos sobre a diáspora africana, como um conceito que organiza a interpretação de uma série de experiências. Essa área da diáspora africana, ela é uma inovação em relação ao que existia antes, que era estudos comparados das relações raciais ou estudos comparados da escravidão. Esses estudos comparativos, a dificuldade que eles enfrentam, é dupla. Por um lado, você tem... você valoriza o contexto nacional e perde um pouco do enfoque em experiências que ultrapassam fronteiras. Segundo, esse projeto comparativo ele se alimenta, especialmente, da interpretação dos regimes e menos das experiências. Agora, o estudo da diáspora africana faz exatamente o inverso. É um jeito de organizar questões e estudos que coloca o enfoque sobre a experiência das pessoas que estão em movimento dentro dessa história. E essa experiência das pessoas na Jamaica, em Cuba, no México, no Brasil, no Chile, em todos os países das Américas, é uma série de experiências que são diferentes onde esse contexto nacional, ou regional, influi nessa experiência. Também são experiências que não são únicas. Você tem pessoas que enfrentam mobilidade, que seria uma exceção, outras pessoas que experimentam marginalização ou violência que vai além do comum. Há pessoas que navegam em contextos sociais e culturais, econômicos e políticos diferentes, de formas também comuns, ou às vezes únicas. Mas se você essas experiências em diálogo, dentro desse contexto das Américas, acho que estamos ainda no início das possibilidades que essa abordagem traz. E ela se junta a outra abordagem, mais generalizada, que é uma perspectiva de “História vista a partir de baixo”; ou seja, a construção de interpretações históricas através da experiência de pessoas que fazem parte dessas experiências. Citaria aqui um exemplo: existe essa famosa interpretação de Gilberto Freyre, sobre marinheiros que saem dos navios *Minas Gerais* e *São Paulo*, em Nova Iorque, quando ele estudou lá, que faz parte do prefácio de *Casa Grande & Senzala*, e, para ele, esses marinheiros fazem parte de uma virada de pensamento dele. Eles são objetos da transição que ele faz intelectualmente, entre pensar que eles são racialmente degenerados para uma interpretação em que eles estão em uma situação de degeneração por causa de saúde, etc. Mas, e a história dessas pessoas? Esses marinheiros se pensam degenerados? Por ou outro dos motivos que Gilberto Freyre aponta? Qual é a história desses marinheiros? Como é que eles se veem dentro dos desafios, das oportunidades, dos contextos que eles tem? E, no caso justamente desses marinheiros, do navio *São Paulo* e do navio *Minas Gerais*, esses são os dois navios que participam, junto o *Bahia*, na Revolta da Chibata; ou seja, um dos episódios mais marcantes, da época da pós-abolição, de reivindicação de direitos sobre o corpo físico da pessoa, contra a



punição corporal, acontece nesses navios, dez anos antes do episódio que Gilberto Freyre narra. Ou seja, ali você tem duas narrativas totalmente diferentes. Uma que é construída sobre essas pessoas e a outra que seria a narrativa das experiências dessas pessoas.

Jailson Pereira da Silva: *A partir da prática dessas pessoas. Não é?*

Jerry Dávila: Exatamente

Jailson Pereira da Silva: *Da experiência que eles nos legam. Deixe eu tentar puxar a conversa em direção a essa dimensão dos novos documentos que emergiram no Brasil, no final dos anos 1990. Dos anos 90 pra cá, nós começamos a ter acesso, com idas e vindas, com essa coisa de novos documentos. Graças à legislação brasileira que equacionava os documentos entre sigilosos, secretos, interditados e... não sei exatamente qual era a terminologia que se usava, mas nem todos estavam acessíveis. É claro para o historiador brasileiro que a partir dos anos 2000 eles começam a ficar cada vez mais acessíveis. Alguns estão no Arquivo Nacional, em Brasília. Brasília criou uma Coordenadoria Regional para cuidar dos arquivos, sobretudo os referentes ao período ditatorial. E... já está começando a chegar aqui esse material? Quer dizer, passados mais ou menos duas décadas, já dá pra perceber que estamos tendo pesquisa nessa direção? O senhor organizou um livro sobre ditaduras, não é? Já aparece ali alguma coisa de referência a essas discussões desses novos documentos?*

Jerry Dávila: Existe. E a disponibilidade pra pesquisa desses outros documentos é um passo importantíssimo para a sociedade brasileira. Num momento onde é possível alguém publicamente negar a existência de uma ditadura e de uma história de repressão, existe um registro feito por parte das pessoas responsáveis por esses atos; que mostra, na densidade, a construção de um regime autoritário que age sobre a pessoa, sobre movimentos, sobre grupos, de forma arbitrária e muitas vezes de forma violenta. Existe, dentro desses recursos, menos representação do impacto, do peso, do custo sobre essas pessoas dessa repressão direta ou indiretamente, ou seja, essa é uma questão de História que precisamos ir além dessas fontes para recuperar. Mas mesmo com o farto material que está sendo disponibilizado agora, o que fica cada vez mais claro é como esse arquivo é incompleto. Nos recursos que estão no Arquivo Nacional, nos documentos que estão nos arquivos estaduais, vindos do DOPS e de outras agências de inteligência, percebemos lacunas enormes. Quanto mais incompleta essa documentação, quanto mais ela mostra como é incompleta a transição democrática no Brasil;



ou seja, se não é possível ter um registro pleno do que aconteceu, é impossível ter discussões sobre como ultrapassar essa experiência. É uma forma de dizer que um país que nega sua história não é capaz de ultrapassá-la.

Jailson Pereira da Silva: *É. não se olha de frente, não é? É uma estratégia que tem funcionado, infelizmente. Vamos parar um pouco?*

Jerry Dávila: Tá

Jailson Pereira da Silva: *Vamos parar. A gente volta ainda?*

Jerry Dávila: Se quiser, a gente pode voltar sim. Pode ser ao meio dia?

Jailson Pereira da Silva: *Pode ser.*

----- **FIM DA PARTE 1** -----

PARTE 2

Jailson Pereira da Silva: *Nós vamos retomar a conversa agora com professor Jerry. Professor Jerry, eu estava refletindo sobre a sua relação com o professor Thomas Skidmore e o senhor falava, com bastante propriedade, sobre a importância dele, não apenas no seu caso particular, mas a importância dele como uma grande referência, inclusive para nós brasileiros, alguns dos livros do Thomas Skidmore se tornaram referência constante na nossa bibliografia. Já se estabeleceram como clássicos dessa historiografia. A minha pergunta exatamente complementa essa. Em relação a autores brasileiros, o senhor teria algum, também, que cumpre um papel de inaugurar a sua discussão ou de alguma medida está presente nos seus debates, seja para criticar seja para entender, desses intérpretes clássicos do Brasil?*

Jerry Dávila: Dos intérpretes clássicos, a pessoa que venho lendo com cada vez mais interesse é Florestan Fernandes. Inclusive porque hoje em dia o acervo de materiais de pesquisa dele estão na Universidade Federal de São Carlos, na biblioteca, estão disponíveis para pesquisa. Então é possível, hoje em dia, ver a ligação entre dados, métodos e teoria do jeito dele trabalhar questões, que mesmo em áreas onde há mais controvérsias e, ou seja, que não há uma concordância total com as conclusões dele, por bons motivos, mas mesmo as áreas que geram mais a crítica são áreas onde você vê o esforço de vincular a sua abordagem teórica com os



dados que ele vem colhendo, mesmo que o resultado não seja um que perdure dentro dos debates da área. Então, acho que tem uma capacidade de interpretação por parte dele, que eu acho, acho superinteressante acompanhar.

***Jailson Pereira da Silva:** Florestan ele consegue juntar coisas que nem todo intelectual consegue né?!, que além da sua pujança teórica, além da sua preocupação social, a sua prática como sujeito é sempre muito lembrada pelos pesquisadores brasileiros. Se nós puxássemos, agora, para uma relação mais específica entre a Universidade de Illinois e o Brasil, eu tenho observado a força, digamos assim, que essa Universidade ou que esse Estado tem de atrair pesquisadores brasileiros. Dá para entender porquê? Dá pra pensar um pouco por que Illinois...?*

***Jerry Dávila:** Dá. É uma história bem interessante, que remete para a história da Universidade de Illinois como uma universidade pública, numa região rural, desenvolver a ciência agrária, na virada do século XX, dentro do contexto da formação da universidade americana. Ou seja, foi um dos lugares onde a abordagem de pesquisa, sobre a pesquisa agropecuária começa a ganhar espaço dentro da universidade. E esse vínculo ele acontece aqui mais ou menos contemporaneamente com esforço que aconteceu no Brasil, principalmente em São Paulo, de criar escolas de agricultura, a ESALQ² e a Pirassununga³. Na ESALQ houve uma colaboração, nos inícios da criação da escola da agricultura, por parte de Eugene Davenport, que virou decano da faculdade de agricultura aqui. E essa troca na área de pesquisa agrária é uma coisa que continua até hoje. Tem sido uma vertente continuamente renovada entre pesquisadores dessa universidade e pesquisadores em universidades brasileiras e na Embrapa. Tem uma forte relação ainda com a ESALQ, mas também Viçosa, Pirassununga, Lavras, e a Universidade Federal Rural de Pernambuco, ou seja, dentro dessa área há uma série de questões que são importantes, para questões agricultura brasileira e norte-americana, onde esse diálogo fortalece os esforços dos dois lados. E essa conexão é uma que deu um resultado inesperado, que foi que, depois da Segunda Guerra Mundial, o equivalente nosso da Biblioteca Nacional, que é a Biblioteca do Congresso, desenvolveu uma nova política de procurar desenvolver coleções sobre e vindo de países fora dos Estados Unidos. Por ser uma prática de criação de coleção que ia além da capacidade da biblioteca, entrou em parceria com bibliotecas universitárias de*

² Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

³ Escola Prática de Agricultura de Pirassununga.



diversos Estados, principalmente de universidades públicas, para colaborar no desenvolvimento de recursos bibliográficos conectados com as literaturas de outros lugares do mundo. Por exemplo, a universidade do Texas, que fica na fronteira com o México, a biblioteca da universidade tem a principal coleção de estudos mexicanos dos Estados Unidos, como parte dessa parceria. Aqui em Illinois, por causa dessas conexões na área das ciências agrárias, nossa biblioteca virou a biblioteca investida no desenvolvimento de coleções relacionadas ao Brasil e em segundo plano sobre América Latina, em geral. O que cria um contexto único, dentro dos Estados Unidos, pesquisas em várias disciplinas sobre estudos brasileiros. Então isso cria a capacidade institucional de sustentar o diálogo com pesquisadores brasileiros. Que, o que é normal nos Estados Unidos é que seria um professor que tem interesse, alguma conexão, uma colaboração com alguém ou com alguns parceiros em uma área. Mas quando essa pessoa sai ou por aposentadoria ou que vai para outro cargo, outra universidade, então esses vínculos não sobrevivem a saída dessa pessoa. Aqui, pelo contrário, existe uma coisa que é super rara nos Estados Unidos, que é um grau de institucionalização dessas parcerias e dessa circulação e, também, da temática dos estudos brasileiros. Um dos resultados foi a criação do Instituto Lemann de Estudos brasileiros, em 2009, que agora completa 10 anos. Que serve como um núcleo que recebe pesquisadores brasileiros, incentiva a pesquisa e ensino conectado com Brasil, aqui na universidade. E que dentro do contexto da universidade pública americana que enfrenta uma série de crises, semelhantes as crises financeiras que abalam as universidades brasileiras, mantêm o enfoque e a coerência dessas conexões com o Brasil, mesmo durante momentos difíceis da Universidade.

Jailson Pereira da Silva: *O Instituto tem 10 anos?*

Jerry Dávila: Tem 10 anos

Jailson Pereira da Silva: *Dez anos, né? Como é que se deu esse aporte? A gente pode retomar essa História?*

Jerry Dávila: Aqui na Universidade, por quase 50 anos, contávamos com a atuação de um economista muito renomado no Brasil, chamado Werner Baer, que trabalhava com questões de desenvolvimento no contexto brasileiro. E ele teve uma longa carreira de orientação de alunos de pós-graduação dentro das quais figuram muitas pessoas ativas no campo da economia no Brasil hoje em dia. E até hoje continua, especialmente com a Universidade Federal de



Pernambuco a Universidade de São Paulo, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, e de outras regiões do país, forte vínculo na área de economia com nossa universidade. Werner Baer tinha uma longa amizade com o Jorge Paulo Lemann, empresário brasileiro que fez uma doação que a universidade que aplicação desta doação gera o orçamento anual do Instituto.

Jailson Pereira da Silva: *Um fundo?*

Jerry Dávila: Um fundo, exatamente! Um fundo anual que sustenta as atividades do Instituto de Estudos Brasileiros. E essa questão parece bem interessante, porque as Universidades Americanas funcionam muito nesse modelo, de parte das atividades da universidade vem sendo apoiadas pelas taxas de matrícula dos alunos; mesmo as Universidades públicas são pagas e as vezes são, também, bastante caras, para os alunos. Parte da verba da universidade vem do repasse do Estado, por ser uma universidade pública estadual. E parte vem em forma de doações particulares, muitas vezes partem dos alunos, outras vezes por pessoas que tem outros tipos de conexões com a universidade, como é o caso do Jorge Paulo Lemann. Esse tipo de doação é aplicado com a intenção de não ser uma coisa que desse resultado só por três, quatros ou cinco anos, durante o período que a verba está disponível. Pelo contrário constitui fundo permanente da universidade que gera recursos. Então o que para nós é especialmente interessante é que a base do fundo não é uma coisa que faz parte dos nossos programas, mas os fundos que criaram por ano cria uma capacidade de dar continuidade aos esforços da área de estudos brasileiros aqui. Ou seja, é uma verdadeira institucionalização do campo, na Universidade.

Jailson Pereira da Silva: *Os estudos brasileiros já existiam e, de certa forma, o aporte mantém, digamos assim, os esforços dos estudos e das pesquisas.*

Jerry Dávila: Exatamente, transferem dos esforços individuais de professores e de alunos para a capacidade da instituição de dar continuidade a esses esforços.

Jailson Pereira da Silva: *Esse aporte, não é nem aporte, eu quero me referi mais a essa política de tração a qual o senhor se referia, citando Texas no caso do México, Illinois no caso do Brasil, dá para citar outros casos como esse, por exemplo, se isso aconteceu com outros países da América Latina, onde estão localizados esses acervos mais pujantes, de memória da presença de algum?*



Jerry Dávila: Parte dessa história também é uma história da Guerra Fria depois da Revolução Cubana houve nos Estados Unidos uma preocupação por parte dos governantes em desenvolver áreas de estudo sobre outras regiões do mundo, que prepararia quadros especialistas que ajudariam a interpretar as diversas realidades de um mundo que estava dentro desse contexto de concorrência entre os Estados Unidos e a União Soviética. Criou-se uma espécie de financiamento público do governo federal numa coisa chamada *area studies*, estudos de área. Essas áreas seriam definidas mais ou menos geograficamente: área da América Latina e o Caribe, leste e sudeste asiático, nessa época área de conflito, apesar do envolvimento dos Estados Unidos, Sul asiático, África, Meio Oriente. E esse financiamento é uma coisa que continua o mesmo depois da Guerra Fria, por motivos que eu acho muito interessantes. Uma universidade como a nossa, a universidade de Indiana, Michigan, Wisconsin, universidades aqui do meio oeste, mesmo que sejam universidades do interior, em meios às vezes muito rurais, como você tem visto aqui em Illinois, por causa desse financiamento, tem um forte desenvolvimento de programas de estudo nessas áreas. Para a coleção sobre a União Soviética era aqui, no estado vizinho de Indiana, a universidade de Indiana que tem essa coleção. Essa política de apoio, para campos de estudo de áreas, passou por uma crise depois do final da Guerra Fria. Será que é necessário sem a União Soviética como ameaça continuar a fazer esses esforços de investimentos nessas áreas de estudos? E houve também uma queda de apoio, mas o apoio por parte do Governo Federal para esses campos de estudo ainda existe e vira uma parte importante da capacidade de se sustentar numa universidade como a nossa e também entre universidades particulares, a capacidade de ensino, de estudo e pesquisa. Especialmente em que regiões do mundo que historicamente são mal representadas em universidades americanas, que tem uma forte vertente de estudos dentro do contexto nacional continua a ter um peso histórico igual a universidades do Brasil e os países das América que foram fundadas a partir do período colonial de países europeus e o engajamento com temas relacionados com a Europa. Mas outras áreas do mundo não são áreas que sustentam historicamente uma densidade de recursos sem esse financiamento público. Então se você tem algum aluno que entra na universidade, no nível de pós-graduação, com interesse em pesquisa sobre um tema relacionado com o Oriente Médio. É bem provável, mesmo que esse aluno seja descendente de migrantes do Oriente Médio, que essa pessoa não seja alguém que domina o árabe ou outras línguas relacionadas a sua área. Esse financiamento dá a capacidade desse aluno estudar a língua, com programa de bolsas, mas, ao mesmo tempo, sustenta a capacidade de ensinar a língua dentro da universidade; porque línguas



que não são de origem europeia não são línguas que nas universidades americanas que tenham níveis de matrícula muito altas. Então sem aquele apoio do governo federal, seria muito difícil uma universidade sustentar o número de línguas.

Jailson Pereira da Silva: *Essa dinâmica dos chamados estudos de área e aí uma pergunta, uma reflexão, não é uma assertiva. Essa dinâmica dos estudos de área também, em alguma medida, mostra a importância que tem o conhecimento das chamadas Ciências Humanas, não é? Para ações políticas para ganhos econômicos, né. Como é que está hoje? quer dizer, a gente estava falando de Guerra Fria, mas hoje isso tá muito claro, por exemplo, com que a gente tem de política e aí eu falo de política institucional mesmo. Trump, o governo Trump, tem essa clareza hoje da importância das ciências humanas, digamos assim, no jogo das forças do mundo? E por que faço essa pergunta, só para esclarecer, especificamente do caso brasileiro, nós estamos vivendo um ataque muito grande, nós eu falo cientistas que trabalham com ciências humanas, de modo geral, história, geografia e sociologia. Estamos vivendo um ataque muito grande, nesse momento, cuja a premissa é a ideia de que não há nenhuma serventia para esse tipo de conhecimento que é produzido. E a minha pergunta é nesse sentido, né. Acha que ainda há um interesse de estudar as grandes instâncias políticas, ainda tem essa percepção de que é importante saber das coisas?*

Jerry Dávila: Existe. Acho que, nós passamos aqui, sem dúvida, num momento de crise para as ciências humanas e ciências sociais de um modo geral, que dentro de um contexto neoliberal, a tendência entre alunos que vão para as universidades é procurar áreas de estudo que se vinculem estritamente com áreas de emprego e, é essa é uma tendência que é muito intensificada pelo crescimento das taxas de matrícula mesmo nas Universidades públicas. Então, o aluno e a família do aluno veem a universidade como um investimento muito caro e pensam nesse investimento com algo que tem que dar resultados concretos. Agora, as ciências humanas não funcionam nessa métrica de resultados concretos. As ciências humanas funcionam para ajudar pessoas a desenvolver uma série de ferramentas que podem ser usadas em muitas áreas. Um aluno que estuda a História, por exemplo, alguém que pode ler e analisar textos, entender a diferença entre textos para determinar a diferença entre a notícia e a Fake News, uma capacidade de escrever, de organizar seu jeito de pensar, de fazer um argumento, de usar metodologias através da interpretação de dados que tem uma utilidade em muitos sentidos da vida dessa pessoa. Alguns tem a ver com sua carreira, mas também ser ver um propósito do



democrático de criar uma pessoa que tem uma capacidade crítica e de raciocínio; essa pessoa é capaz de gerar e alimentar através das ferramentas que estão ao seu alcance. Mas também é uma coisa uma funcionar na sua área de carreira, porque aqui nos Estados Unidos, alguém que tem formação superior geralmente vai passar em média entre 4 e 5 diversas áreas de trabalho através de sua carreira. Então entrar primeiro é uma opção que custa no momento em que essa pessoa faz uma transição de uma nova área de trabalho. Mas para nós que trabalhamos nas Ciências Humanas no momento existencial onde a queda de número de alunos cria uma crise de sustentabilidade nas nossas áreas da Universidade. Essa é uma questão, que para nós, é preeminente. Estamos muito conscientes; não é apenas que nós achamos isso interessante ou para mim o estudo desse tema é importante. Qual é o valor social e o valor para essa pessoa de estudo nessa nossa disciplina? Então, acho esse processo é um processo que foi imposto sobre nossa área pelo mercado. Porém, cria uma série de reflexões sobre as finalidades do que nós fazemos, que eu acho que a longo prazo é uma coisa muito saudável.

Jailson Pereira da Silva: *Eu penso aqui. Há uma, talvez eu esteja enganado, mas há tradição americana, norte-americana. Eu estou aqui procurando a palavra, agora... é... advisors ... conselheiros? Isso conselheiros, eles tinham... o governo americano sempre foi muito afeito a esses grandes especialistas, e historicamente, alguns destes, ... praticamente todos eles eram especialistas em áreas que vão desde a segurança mas que também trabalham com história dessas áreas onde os Estados Unidos vão atuar com a sociologia do lugar, com a cultura do lugar, não sei, posso estar enganado, mais o exemplo da Guerra do Vietnã parece que também ensinou muito isso, entrar num lugar onde se conhecia tão pouco. E a minha pergunta é essa, quer dizer, ainda há esse espaço? O governo ainda está atento ao que os especialistas dizem a eles? Por que eu faço essa pergunta? Porque, a gente tem um presidente aqui que, em público, Ele parece desconsiderar esses discursos. A minha pergunta é: O Senhor acredita se em privado Ele escuta esses conselheiros?*

Jerry Dávila: Duvido.

(Risos)

Jailson Pereira da Silva: *Duvida?!*



Jerry Dávila: Eu não vejo nenhuma prova de que isso aconteça. Mas acho que esse é um grande desafio do mundo acadêmico dos Estados Unidos. Que é bem diferente do Brasil. No Brasil, existe um espaço de debate e de engajamento com políticas públicas que vem do meio acadêmico que é muito desenvolvido. O número de pessoas que vai de cargos universitários para cargos públicos na sua área, especialização e depois voltam para a sua universidade é significativo. Também nos jornais, o espaço dedicado o diálogo e debate público de questões de interesse social, em que intelectuais e professores universitários são participantes nesses debates, é uma coisa muito importante, que vem da especificidade da história brasileira, com a marginalização de vozes dissonantes. Então, no processo de transição, essas vozes tomam um papel muito importante em abrir questões que antigamente estariam, pela natureza do regime, fechadas. Aqui, a história é outra. Então, como diria? O papel dos, a percepção do papel dos professores é vista como algo que deveria ser só dentro da universidade, o papel público do professor é uma coisa que tem ficado muito atenuado nos Estados Unidos. E, acho que esse é um problema que nos custa muito caro em muitos sentidos. Por um lado, isola a universidade e diminui a percepção dos recursos e do papel da universidade, da capacidade das pessoas que são engajadas dentro da universidade a contribuir para questões que são importantes na sociedade. Talvez, uma das áreas mais chamativas dessa área seria o aquecimento global: dentro das universidades, a intensidade de conhecimento, tanto para diagnosticar o problema quanto para entender seus diversos impactos, e uma coisa muito densa. Mas a capacidade dessa produção científica influir nos debates públicos sobre aquecimento global, num contexto em que o próprio presidente nega a existência do fenômeno, sem fundamento empírico para a posição dele, isso tem custos altíssimos para todos. Então, a questão é: Como quebrar essa separação e fortalecer o espaço público para esse diálogo? É um desafio que até agora não tem sido solucionado.

Jailson Pereira da Silva: *Quer dizer então que hoje o Trump já não escuta mais nem esses conselheiros?*

Jerry Dávila: Não vejo indicação disso.

Jailson Pereira da Silva: *Ou então ele se cercou de conselheiros que concordam com o que ele publica.*



Jerry Dávila: Bom acho que eu diria o seguinte: Acho que o Trump não tem programa de governo, ele tem um projeto político. E para projeto político você não precisa de fatos, você precisa de factoides, você precisa do Twitter. Mas se o projeto é de governar, de governabilidade, aí você não vai longe sem esse projeto ter algum fundamento e algumas substâncias. E não é o que eu tenho visto.

Jailson Pereira da Silva: *Estamos iguais nesse aspecto, né, infelizmente.*

Jerry Dávila: Sim, com um custo muito alto.

Jailson Pereira da Silva: *Sim, e cujo o preço não é imediato. Essa é uma característica muito clara. As ações tem um impacto imediato, mas o preço não é imediato. Apenas para efeito de...*

Jerry Dávila: E preço não é cobrado igualmente a todos.

Jailson Pereira da Silva: *Não, e essa é outra dimensão muito clara para gente, né. Agora a gente tá vivendo um momento de muita pressão sobre a universidade. A Universidade Brasileira se estrutura no modelo diferente, o Senhor conhece. mas a pressão que tem acontecido sobre a universidade grande é um ataque que diz a respeito a um questionamento do papel da universidade. E toda vez que você questiona a universidade, se questiona um dos pilares de sustentação da própria ideia de democracia. Por que o espírito universitário ele pede sim um espírito democrático. E a gente está vivendo isso muito claramente. Quer dizer o questionamento da universidade tem vindo de várias frentes, várias frentes. Isso causa um impacto imediato, que é o corte das verbas, mas o preço não é esse. O preço é a desvalorização de uma instancia fundamental para o próprio funcionamento e ordenamento da sociedade. Quereria fazer talvez uma última pergunta para o senhor que diz respeito às suas pesquisas atuais, os seus trabalhos que estão sendo desenvolvidos agora.*

Jerry Dávila: Bom, estou trabalhando agora com uma série de fontes de fontes do século 20, do período de 1950 mais ou menos até 1989, o período onde a primeira lei contra a discriminação racial no Brasil estava em vigência, que comumente é chamada de Lei Afonso Arinos, que em 1989, dentro do contexto da nova Constituição foi superada pela lei Caó e depois de uma série de medidas federais para reprimir e prevenir atos de preconceito e discriminação. Essa primeira lei ela não foi escrita para ser recurso ou remédio para quem sofre preconceito. Um dos efeitos da lei é que ela obrigava a pessoa que se queixava de uma



experiência de preconceito ou discriminação mostrar que a intenção era racista. O que é um patamar de prova muito além de qualquer ato que você pode botar na justiça e basta a pessoa dizer que era apenas um mal-entendido. Então, os caras que praticavam a discriminação racial que usavam da palavra “mal atendido” era uma coisa quase universal e a pessoa consegue escapar de qualquer sanção simplesmente dizendo que era um mal entendimento. Mas o meu interesse... tenho conseguido achar alguns casos que foram para a justiça, o material inteiro do processo. O que serve como uma micro história de como alguém que, na imensa maioria dos casos, não são pessoas, pelo que parece, que tem alguma atuação política ou militante, intelectual não estão trabalhando com uma questão de relações sociais no país, mas enfrentam um incidente onde não conseguem emprego, são humilhados na porta da boate, uma série de experiências. E que nesse momento, nesses casos, a pessoa resolve recorrer. Então, a percepção dessa pessoa da experiência do preconceito que sofreu ou do impacto da discriminação sobre essa pessoa é refletida na ação que essa pessoa faz. Também como essa pessoa está definindo o que é o preconceito, o que é a discriminação qual é o impacto sobre ela ou sobre ele desse ato. E até o processo, o trabalho que essa pessoa faz para costurar as provas que esse foi um ato racista. Todo esse esforço é minuciosamente detalhado nesses casos. Então dá para interpretar maneiras em que pessoas dentro do seu cotidiano processam essa questão de enfrentar o preconceito, enfrentar a discriminação. E são fascinantes os métodos que as pessoas usam para costurar o conjunto que eles acham que seria necessário das provas para comprovar que o ato é um ato racista. Quando você junta esses casos e depois começa a juntar outros registros criados de discriminação usando esse período como área de enfoque. Estou usando os arquivos que existem na Universidade Federal da Bahia, no Centro de Estudos Afro-orientais, que tem uma coleção de recortes de jornais que vem da década de 1960 que são milhares e milhares de recortes, também do Centro de Estudos afro-asiáticos da universidade Cândido Mendes, no Rio, que a partir da década de 1970 teve a mesma política de recortes de jornal com temáticas afro-brasileiras, que começa a gerar a possibilidade de agregar denúncias sobre atos racistas. E quando você junta esses dados eles começam a mostrar como funcionava o sistema de segregação racial no contexto brasileiro. Segregação não é uma palavra comumente usada para descrever a história das relações raciais no Brasil, essa palavra é reservada para os Estados Unidos.



Jailson Pereira da Silva: *Exatamente, é uma palavra muito... a gente pensa muito as questões raciais nos Estados Unidos a partir dessa palavra. E hoje a gente tá aqui discutindo mostrando que ela tem seus limites.*

Jerry Dávila: Mas se pensarmos na segregação, não apenas da segregação fundamentada em lei, como existia nos Estados Unidos, mas a segregação fundamentada em práticas e atitudes como existia em outras partes dos Estados Unidos, como existia em Cuba, no Brasil, no México. O mapa que podemos desenhar passa pelo clube social, pela Boate, pelo elevador social...

Jailson Pereira da Silva: *Passa pelo elevador social...*

Jerry Dávila: (...) passa pelo emprego no banco, ou seja, pode traçar um perfil muito claro de áreas onde essa segregação era uma coisa coerente e sistemática.

Jailson Pereira da Silva: *Há uma microgeografia dessa segregação mesmo...*

Jerry Dávila: Exatamente

Jailson Pereira da Silva: *Com um pouquinho de atenção a gente já observa muito claramente.*

Jerry Dávila: E não diria que é informal.

Jailson Pereira da Silva: *De forma alguma!*

Jerry Dávila: Porque para quem enfrenta essa barreira, essa barreira é bastante formal para essa pessoa. Mas é uma barreira inconsistente e nem sempre explicitamente racista. E tem alguns que por causa da sua situação não são atingidos. Mas o que vejo nesses casos, a coisa mais comum que enfrentam, são questões de alunos universitários, especialmente na década de 1970, que estão em situação de mobilidade social, e no seu conjunto social, inclui amigos brancos que convidam eles para espaços que nesses momentos que essa pessoa não faz parte da casa, esses conceitos paternalistas que perduram, enfrenta a barreira, visitando um amigo em casa, no condomínio também. Então, estou dentro dessa pesquisa tentando de ver como podemos analisar essas experiências com preconceito e discriminação, com a capacidade desses do arquivo desses processos para aprofundar micro histórias e, ao mesmo tempo, colocar essas experiências dentro de um contexto maior, dentro do qual podemos perceber as linhas de segregação. E, também tem um outro lado que faz parte desse contexto que eu chamaria de segregacionista. Que você vê nessas diversas instâncias: na porta do clube, por exemplo.



Através de várias décadas, através de várias regiões do país são as mesmas frases que são usadas. Ou seja, há uma generalização de uma linguagem da exclusão e, essa generalização que não depende da pessoa que tem uma atitude particular, mas que pessoas que não se conhecem, que são peças separadas por décadas e por estados usam a mesma linguagem aponta para o poder da linguagem como uma ferramenta que faz parte de uma prática que vai além dessa instância, que passa a ser uma coisa absoluta e não generalizada.

Jailson Pereira da Silva: *É só um comentário sobre o uso da linguagem. Lembro que quando eu era bem jovem, era comum que os anúncios de emprego, por exemplo, trouxessem as suas indicações curriculares, naquela época, a gente chamava de segundo grau, que seria o High School. Tem que ter o ensino médio, como se chama hoje, o High School, você tem que ter tais e tais competências e lá embaixo aparecia uma frase que se repetia em quase todas: boa aparência. E boa aparência é uma forma sub-reptícia de dizer que tem que ser branco.*

Jerry Dávila: Que tem um impacto também de criar, de desincentivar uma pessoa de concorrer, sabendo que vai ser depois excluído.

Jailson Pereira da Silva: *De quando é sua, a primeira edição do “Diploma de brancura”?*

Jerry Dávila: É 2003.

Jailson Pereira da Silva: *Aqui é em inglês?*

Jerry Dávila: Em inglês. 2006, no Brasil.

Jailson Pereira da Silva: *2006 no Brasil... Ali alguma relação entre educação, legislação e racismo. Como é que o senhor pensa? Que atualidade tem aquilo ou como é que o senhor descobriu aquilo?*

Jerry Dávila: Bom, hoje em dia...Pode repetir a pergunta?

Jailson Pereira da Silva: *Essa ideia aqui que o senhor aponta, no livro, de uma relação entre a legislação Educacional e as questões do racismo no Brasil?*

Jerry Dávila: Quando comecei a pesquisar para esse livro que era no contexto da minha tese de doutorado, comecei a pesquisa sem essa atenção nas questões raciais. Essas questões vieram depois. Era um projeto que olhava para a experiência educacional na Era Vargas, com a intenção



originalmente pensando o nacionalismo daquela época. Mas quanto mais material eu lia, quanto mais me chamava atenção coisas que eu estava curioso que depois aprendi que faziam parte do pensamento eugênico. Foi por acaso, durante a pesquisa no Brasil, houve o falecimento do meu avô e eu consegui ir ao enterro. E aproveitei a minha volta para visitar o Thomas Skidmore, meu orientador, e comentei com ele que estava achando. E ele me levou à biblioteca que tinha no subsolo de sua casa e pegou na estante uma cópia do livro do Nancy Stepan “A Hora da eugenia” e, no voo de volta para o Brasil, abri o livro e chegando no Brasil já sabia do que se tratava a minha tese, e comecei a organizar e interpretar esse material. A interpretação que esse material sustenta era que essa atitude, perante a sociedade, que eram atitudes em que pessoas brancas em situações de poder menosprezavam partes do público que não tinham alcance a escola, estavam em pobreza, em grande parte dos casos era afrodescendente. Que faziam leituras cada vez mais científicas organizando a hierarquia social, que colocava essas pessoas num grau inferior. E não era necessariamente a causa de uma definição de desigualdade racial, não era explicitamente racismo, as vezes era. Mas era a maneira em que esse pensamento inigualitário se processava dentro das Ciências Sociais, das Ciências humanas, das práticas de medicina, das práticas sanitaristas. E no livro o que acabo vendo é a maneira em que essas percepções se transformam na medida em que a escola se universaliza e crianças que vem de meios pobres, crianças de descendência africana, de descendência indígena começam sistematicamente a fazer parte dos alunos que vão para a escola, como as políticas que criam esse sistema educacional refletem esse pensamento e esse olhar sobre essas pessoas. Criando práticas que reproduzem, dentro da escola, essa desigualdade.

Recentemente, com o meu interesse mais voltado, hoje em dia, para os movimentos sociais, estou vendo essa questão por um outro olhar; que é a questão do alto nível de analfabetismo no Brasil, uma coisa que está fora da gama de qualquer outro país da América Latina e, que tem uma utilidade política no Brasil muito poderosa. Já que não é, até a década de 1980, que alguém que não sabe ler e escrever tem o direito ao voto. Então, num país onde a maioria da população é excluída da capacidade de ler e escrever isso tem um impacto, uma repercussão política. Você exclui a maioria das pessoas adultas do poder decisório sobre as direções do país, sobre a distribuição de recursos etc. Isso acontece dentro do contexto de um país que no século XX tem cinco constituições, que tem uma série de interrupções do processo político em momentos autoritários ou de golpes. E dentro desse contexto, os ganhos que são feitos pelo movimento negro são ainda mais impressionantes porque trabalham com um



fundamento de exclusão de uma imensa parcela da população de participação política ativa e uma área de atuação de no cenário político que é frequentemente interrompido e, dentro dessas interrupções, a mobilização negra é sempre uma das áreas mais reprimidas. Então, com essa história, chegando na década de 1990, a primeira década da história do país onde todo adulto tem direito ao voto, e por isso a questão política pela primeira vez é uma questão nacional, não é surpresa que o Brasil começa a inovar em políticas sociais que não tem antecedentes na história do país. Num país onde esse direito ao voto, quando foi aprovado, 1 em cada 4 adultos ainda estava em situação de não alfabetização.

***Jailson Pereira da Silva:** Muito difícil. É um país que tem uma história política, o Zé Murilo diz isso, que inverteu, digamos assim, uma ordem de direitos civis, políticos. Primeiro, a gente acabou tendo direitos políticos, tardiamente, mas ainda assim acho que os direitos civis ficaram muito sufocados. Professor eu vou encerrar essa conversa, lhe agradeço muito atenção, a gentileza. Vou enviar para o pessoal da revista, já enviei a primeira parte, e vou enviar agora a segunda. Muito agradecido, espero que você tenha também...*

***Jerry Dávila:** O prazer é todo meu, obrigado pelas perguntas. Foi uma conversa que valeu.*

***Jailson Pereira da Silva:** Obrigado ao senhor.*